

Projeto de mineração é próxima polêmica

■ Ambientalistas e entidades de defesa dos índios atacam jogo de interesses de proposta que libera a atividade em áreas indígenas

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA – A votação do projeto que libera a mineração em áreas indígenas será o próximo foco de polêmica no Congresso envolvendo a questão ambiental. Os dirigentes do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib) denunciam que parlamentares ligados à mineração têm interesse na aprovação do projeto.

A proposta que libera a mineração em áreas indígenas está entre os projetos que o governo quer ver aprovados depois de ter conseguido um acordo com a oposição para aprovar a lei que penaliza os crimes contra o meio ambiente. Esta lei deverá sofrer vetos do

presidente Fernando Henrique Cardoso, entre eles o que atende a um pedido da bancada evangélica para não punir a poluição sonora, o que prejudicaria os cultos evangélicos.

O projeto de mineração, que já foi aprovado no Senado e tem como relator o senador Romero Jucá, tem também a oposição do Conselho Indigenista Missionário, ligado ao Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A entidade denunciou que no levantamento feito por deputados da oposição para impedir a votação do projeto em regime de urgência, em dezembro, foram encontradas provas de que o deputado Elton Rohne (PFL-RR), relator do projeto na comissão de Minas e Energia, é diretor majoritário

da Mineração Amazônia S/A.

A mineradora, segundo o CIMI, requereu, em 1993, pesquisa na área indígena janomami, em Roraima. "Além disso, a mineradora Edgar Rohne Mineral Ltda, também solicitou pesquisa na terra indígena Alto Rio Negro – antes da promulgação da Constituição de 1988. A empresa, de acordo com dados do Departamento Nacional de Pesquisa e Mineração (DNPM), requereu 58 pesquisas, muitas delas em áreas indígenas.

O pedido de urgência para a votação do projeto, em dezembro, foi suspenso com o requerimento apresentado pelo deputado Geraldo Pestana (PT-PA). Agora, deverá entrar na pauta de votação depois do Carnaval.

Florestas – A exploração de florestas nacionais, estaduais e municipais, através do regime de concessão e permissão de acesso e exploração de recursos naturais é outro ponto polêmico. Entidades ambientalistas querem uma proposta mais detalhada para impedir a devastação de outras áreas protegidas – indígenas, parques nacionais e áreas de proteção ambiental.

O presidente do Ibama, Eduardo Martins, defende a exploração racional dos recursos nas Flonas para impedir que 80% da produção florestal da Amazônia continue ilegal. "A região Amazônica tem vocação florestal", diz Martins.

O presidente do Ibama quer a aprovação de medidas para controlar o des-

florestamento da região, que aumentou com a elevação do poder de compra da população com o Plano Real, acredita. "Surgiu um dinheiro adicional que está influenciando em consumo maior de alimentos, investimentos em pastos e consumo de madeira na região", afirma o presidente do Ibama.

O deputado Gilney Viana (PT-SP) adiantou que o governo "vai bater de frente com os partidos de oposição" se quiser aprovar, sem uma discussão aprofundada, projetos como o da exploração de florestas e o de mineração em áreas indígenas. "Os governos, as prefeituras e os sem-madeira agora estão fazendo pressão para explorar as unidades de conservação", disse o deputado. Para o deputado que integra a

comissão do Meio Ambiente, "é preciso quebrar a lógica dos interesses locais sobre os nacionais".

"Porque o Ibama até agora não atuou na invasão do Parque Nacional do Iguaçu", questiona o deputado, lembrando que, há meses, "invasores abriram uma estrada à força e estão gerando a metade do parque".

Entre as medidas que o governo pretende adotar uma já está praticamente descartada: a desapropriação de propriedades onde o meio ambiente sofre agressões. A medida esbarrou na Casa Civil da presidência da República. A preocupação é com o aumento dos desmatamentos, já que muitos proprietários rurais querem ser desapropriados em virtude da crise na agricultura.

08/02/98
56
8
Documentação

PROJETOS E INICIATIVAS DO GOVERNO NA QUESTÃO AMBIENTAL

■ O Congresso aprovou a lei que criminaliza as agressões ao meio ambiente. A lei, que será agora sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, envolveu uma negociação difícil entre governo e oposição. Mesmo com a reação da bancada ruralista ficou decidido que as pessoas jurídicas poderão ser punidas. As empresas penalizadas não poderão firmar contratos e nem receber financiamento público. A expectativa agora é com relação aos vetos que poderão ser feitos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

■ O Senado aprovou a lei que permite a mineração em áreas indígenas. O projeto está sendo rejeitado pelas organizações indígenas que denunciam o interesse de deputados ligados a mineradoras e ao garimpo. De acordo com o projeto, que já passou pela comissão de Minas e Energia da Câmara, a autorização para pesquisa e lavra de recursos minerais passa para as mãos da Funai, Ibama ou Ministério da Justiça. Caberia ao Congresso Nacional apenas referendar as autorizações.

■ O presidente Fernando Henrique Cardoso envia nos próximos dias ao Congresso projeto de lei do Executivo que estabelece critérios para a exploração de Florestas Nacionais (Flonas). Na semana passada o governo criou sete Flonas. O projeto cria o regime de concessão e permissão de acesso e exploração de recursos naturais – madeira, produtos e subprodutos da floresta, ecoturismo, recreação e lazer. O governo quer urgência na votação deste projeto, mas os par-

tidos de oposição pretendem ganhar tempo para analisar melhor a proposta.

■ O governo federal quer a aprovação da consolidação da legislação ambiental pelo Congresso Nacional.

■ A regulamentação da desapropriação de propriedades que estejam agredindo o meio ambiente foi adiada por recomendação da Casa Civil da presidência da República. A idéia foi lançada pelo Ministério da Reforma Agrária, mas o Ibama teme que a medida possa incentivar os desmatamentos de áreas cujos proprietários se interessem pela desapropriação. A desapropriação de áreas nessa situação está prevista na Constituição.

■ A partir de agora os projetos de assentamento do Incra serão submetidos ao Ibama, que vai analisar o impacto ambiental dos programas. Dados levantados pelo governo mostram que 1,2 milhão de hectares de floresta já foram desmatados na Amazônia por colonos assentamentos pelo Incra e pelos sem terra.

■ O estímulo do governo ao plantio de soja na região Centro-Oeste é um dos problemas que mais preocupam as Organizações Não-Governamentais. A expansão da soja está derrubando a cobertura florestal especialmente no sul do Pará e norte do Mato Grosso. As ONG's consideram o chamado Cinturão da Soja como principal ameaça, hoje, às regiões de Cerrado e de florestas na Amazônia.

06
08102/198
58
8
Documentação